

DIFERENTES ESFERAS DE AGÊNCIA NA RUA DA CONSTITUIÇÃO, RIO DE JANEIRO, DO SÉCULO XVIII AO SÉCULO XIX¹



ANDERSON MARQUES GARCIA², GINA FARACO BIANCHINI³, DIOGO DE SOUZA BORGES⁴, HENRIQUE VENCES BARROS⁵, SILVIA PUCCIONI⁶, MARIA DULCE GASPAR⁷

Resumo: *o presente artigo aborda o processo de construção da Rua da Constituição, no Rio de Janeiro, do século XVIII ao século XIX, integrando conceitos de agência, unidades estratigráficas, gesto técnico e cadeia operatória, para discutir como foram desenvolvidos diferentes projetos urbanísticos públicos e, também, as marcas deixadas nesses projetos por calceteiros entre esses séculos. Para tratar essa questão, foram estudados dois tipos de pavimentos construídos com blocos de rochas, conhecidos como Pé de Moleque, uma estrutura de combustão implementada sobre a canaleta central do primeiro pavimento e os materiais arqueológicos móveis associados à estrutura, como fragmentos de faiança fina, carvões e restos de mandioca queimada, ossos de bovídeos e um anel de piaçava.*

Palavras-chave: *Africanos. Calceteiros. Pé de Moleque.*

1 Recebido em: 06.02.2020. Aprovado em: 21.04.2020.

2 Doutor em Arqueologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail:* andersonmarquedgarcia@gmail.com.

3 Doutora em Arqueologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail:* ginabianchini@hotmail.com.

4 Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail:* diogborges@gmail.com.

5 Mestrando em Arqueologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail:* henriquevences@gmail.com.

6 Professora do PPG-AU da Universidade Federal da Bahia. *E-mail:* puccioni@uol.com.br

7 Professora do PPGArq Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail:* madugasparmd@gmail.com.

ALÉM DO CONTROLE DO ESTADO

Diferentes pesquisas vêm apontando a forte influência do poder público na paisagem da cidade do Rio de Janeiro ao longo do tempo, podendo-se citar episódios onde foram efetuados aterramento de lagoas e da faixa costeira para a expansão urbana e modernizações portuárias (AGACHE, 1930; BARREIROS, 1965), aberturas e desativações de cemitérios (PEREIRA, 2007; NARA JR., 2016), derrubada de morro e aberturas de grandes avenidas (BENCHIMOL, 1992; ANDREATTA et al., 2009) e construções e implosões de viadutos mais recentemente (DE FARIA, 2009; CÉSAR SILVA, 2015). No entanto, a maior parte desses estudos se apoiaram em documentos e mapas históricos, que raramente retratam atuações de segmentos sociais menos favorecidos.

Neste contexto, a Arqueologia assumiu um importante papel ao destacar a contribuição de africanos e seus descendentes no processo de construção da cidade do Rio de Janeiro, como por exemplo nos trabalhos de Andrade Lima *et al.* (2014; 2016), onde apresentaram a redescoberta do Cais do Valongo, um marco da diáspora africana para as Américas, discutindo questões de esquecimento e resistência ligadas a africanos escravizados; e de Andrade Lima (2016), através da discussão de um espaço de sociabilização utilizado por escravos urbanos do século XVIII.

Na pesquisa arqueológica realizada durante as obras de instalação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)¹ foram identificados dois pavimentos tipo Pé de Moleque, que assim como quase todas as estruturas arqueológicas em meio a um centro urbano densamente povoado, foram impactados inúmeras vezes entre os séculos XIX, XX e XXI. Nessas estruturas foram registrados cortes abertos longitudinalmente na porção Norte (lado da rua com numeração par) para instalações de redes de telefonia, assim como na porção Sul (lado ímpar) para acomodar redes de esgoto, gás e água.

Essas interferências posteriores relacionadas às obras públicas de infraestrutura foram também consideradas na análise das sucessões estratigráficas desenvolvida com base nos trabalhos de Harris (1991) e Carandini (2000). Elas foram incluídas entre as Unidades Estratigráficas (UEs), interpretadas como ações de modificação e uso desse espaço, assim como as estruturas arqueológicas e os depósitos sedimentares, recebendo cada uma delas uma numeração própria entre colchetes para mediar suas inter-relações.

Em sintonia com Hodder (1982; 2000), esses amplos elementos da Rua da Constituição foram entendidos como cultura material ativa, que devem ser encarados como componentes das relações humanas, usados para reprimir e evidenciar aspectos de interesse, servindo como instrumentos de imposição e legitimação de autoridade. Nesse sentido uma série de UEs foram evidenciadas e entendidas como marcas do Estado interferindo na paisagem, através de construções que põe em evidência características de um projeto político e ideológico em detrimento da ocultação dos feitos de um anterior, sendo componentes amplos de diferentes projetos. Todavia, outras marcas menos evidentes relacionadas aos calceteiros também foram encontradas.

Esses tipos de ações, conforme discutem Ashmore e Knapp (1999), enfatizam nas paisagens dimensões sócio simbólicas, que existem em razão de serem percebidas, experimentadas e contextualizadas. Desse modo a pesquisa realizada revelou que além do Estado, outros atores operaram na dinâmica da Rua da Constituição. Através de 208

suas práticas cotidianas, assim como também de seu conhecimento, tais atores imprimiram marcas que permaneceram no registro arqueológico.

O SURGIMENTO DA RUA DA CONSTITUIÇÃO

De acordo com as cartas de Vilhena (1775) e Rangel (1796), os primórdios da Rua da Constituição, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro entre a Praça Tiradentes e o Campo de Santana, teria se dado no final do século XVIII com construções alinhadas na porção Norte do descampado que ligava essas duas localidades (Figura 1). Anteriormente chamava-se Rua dos Ciganos, toponímia empregada em razão desse espaço ter sido habitado inicialmente por ciganos (COROACY, 1955).



Figura 1: Sobreposição da carta de Rangel (1796) com uma ortofotografia atual do Google Earth. Destacado em vermelho os quarteirões da Rua da Constituição entre a Praça Tiradentes e o Campo de Santana.
Fonte: Adaptação de Anderson Marques Garcia.

Teixeira (2008) informa que a presença de ciganos no Rio de Janeiro é conhecida desde ao menos o início do século XVIII, ocupando brejos na periferia da cidade por determinação do governador António Gomes Freire de Andrade (1733-1763), o Conde de Bobadela.

Dentre as várias regras estabelecidas pelo alvará de 1760 aplicado pelo governador, destaca-se a determinação de uma área específica para as habitações dos ciganos. Segundo o alvará, eles deveriam morar na parte de fora das muralhas da cidade do Rio de Janeiro, próximo ao que seria chamado a partir de 1821 de Largo do Rossio (atual Praça Tiradentes). Por esse motivo a região ficou conhecida como Campo dos Ciganos (TEIXEIRA, 2008).

Coroacy (1955) acrescenta que, posteriormente, com o início do saneamento daquela área, durante a gestão do vice-rei Luís de Vasconcellos e Sousa (1779-1790), os ciganos foram obrigados a desocupar o espaço:

Não foram para longe. Com o consentimento tácito ou formal da Ordem do Carmo, instalaram-se na chácara que fôra de Paula Carvalho, junto às divisas das terras de Coelho da Silva. Aí levantaram as suas casas, formando uma nova rua, em ângulo reto com a de São Jorge e que deles tomou o nome, conservando-o até à época da Independência (COROACY, 1955, p. 99).

Nesse contexto, uma das principais atividades econômicas dos ciganos era a comercialização de africanos escravizados, que lhes forneceu recursos suficientes para erguer as primeiras casas dessa rua, ao fim do século XVIII. Entre os ciganos que residiam ali, nenhum teria sido tão rico como Rabelo, um grande traficante de escravos do início do século XIX (TEIXEIRA, 2008; GERSON, 2013).

De acordo com publicações no Diário do Rio de Janeiro (1821; 1822a; 1822b; 1823; 1824a; 1824b; 1824c; 1826), na década de 1820 havia pelo menos 59 imóveis nessa rua, entre residências e estabelecimentos comerciais, como botica, quitanda, armarinho e cocheira. Ademais, inúmeras dessas publicações citam a Rua dos Ciganos versando sobre fugas e vendas de escravos, destacando pessoas de Moçambique, Benguela e Congo. Relacionada à antiga casa 27, chama atenção uma notícia de fuga, onde o morador: “oferece recompensa por escrava fugitiva de 20 anos, nação Moçambique, com furo no beijo e sinais da mesma nação em todo o corpo” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1824b, p. 72).

Tais registros ilustram um breve panorama da rua, assim como também dos indivíduos e grupos que atuavam neste espaço durante o período colonial. Ao longo do tempo, a Rua da Constituição manteve o mesmo traçado, porém, diversas mudanças foram evidenciadas no decorrer da pesquisa.

A PESQUISA ARQUEOLÓGICA

A pesquisa teve início em julho de 2015 e durante o monitoramento das escavações, imediatamente abaixo do asfalto, foram encontrados conjuntos de trilhos e dormentes de madeira usados pelos bondes até meados do século XX. Após registros gráficos, fotográficos e topográficos, os trilhos e dormentes foram removidos, possibilitando mapear por meio de escavações mecânicas e manuais, elementos estruturais da primeira e da segunda pavimentação dessa área urbana.

Foram identificados dois tipos de calçamento feitos com blocos de rocha, conhecidos como Pé de Moleque (Figura 2). O primeiro, com cerca de 540m² remanescentes, foi o primeiro pavimento dessa rua, ocupando aproximadamente 20% da atual Rua da Constituição. O segundo, uma pequena porção de 23m² (menos de 1% da área da atual rua), estava localizado próximo à esquina entre as ruas da Constituição e Regente Feijó.

Os resultados obtidos a partir da análise detalhada dos pavimentos forneceram informações sobre a dinâmica do processo de formação da Rua da Constituição. Informações que foram confrontadas com os registros históricos, muitas vezes corroborando-os e outras trazendo questões raramente discutidos.

O PRIMEIRO PAVIMENTO DA RUA DA CONSTITUIÇÃO, FINAL DO SÉCULO XVIII

O primeiro pavimento tipo Pé de Moleque, relacionado à abertura dessa rua na transição do século XVIII para o XIX, foi evidenciado a 70cm abaixo do asfalto em média. Composto por blocos de gnaiss de dimensões não padronizadas, com superfícies superiores à 50x20cm e eventuais espaços entre blocos preenchidos por unidades menores, mas todas com as superfícies polidas. Esse primeiro pavimento recebeu a denominação de UE [01].

No primeiro trecho, entre a Praça Tiradentes e a Rua Regente Feijó, o pavimento ocupava uma extensão de 58,5m no sentido Leste-Oeste, com largura média de 4m, enquanto no segundo, entre a Rua Regente Feijó e a Av. Gomes Freire, estendia-se por 92,5m no sentido Leste-Oeste, com largura média remanescente de 3,5m. Na porção central desse pavimento havia uma canaleta construída para o escoamento das águas pluviais, formada por lajes centrais, medindo 60cm de largura em média, e blocos de aproximadamente 20cm de largura arranjados em suas laterais, funcionando como paredes de contenção.



Figura 2: a) Panorama geral da área de pesquisa; b) Pé de Moleque no quarteirão entre a Rua Regente Feijó e a Praça Tiradentes; c) Processo de evidenciação do primeiro pavimento no quarteirão entre a Rua Regente Feijó e a Av. Gomes Freire.
 Fonte: Fotografias de Vanessa Meneguci.

Admitindo-se que a canaleta estaria centralizada e que havia simetria entre os lados Sul e Norte a partir da canaleta, é possível inferir que a rua possuía pelos menos 8,4m de largura. Tal projeção indica que ela seria uma espécie de “avenida”, com largura superior à de ruas ainda hoje em uso no centro do Rio de Janeiro. Muito provavelmente, tratava-se de uma via importante nessa área da cidade durante a transição do século XVIII para o XIX. Ainda nesse mesmo século o pavimento [01] foi impactado ao Sul (lado ímpar) por um grande corte denominado como [51], aberto na porção central da via em sentido Leste-Oeste para instalar a tubulação de esgoto [33] dessa rua a aproximadamente 200cm de profundidade a partir do asfalto [31]. Aproveitando-se desse corte [51], também foram instalados um duto de gás [04] e uma tubulação de água [05], a 100cm e 85cm de profundidade, respectivamente. 211

Em sua porção Norte (lado par) o calçamento foi impactado posteriormente pelo corte [56], aberto no sentido Leste-Oeste para acomodar o conjunto de manilhas de amianto [55] e de canos de PVC corrugado [68] que protegem redes de telecomunicações, assim como a manilha da rede de águas pluviais [29]. Além destes, foram identificados ao menos outros oito cortes no sentido Norte-Sul, onde foram instalados ramais de gás e de água conectados as redes principais, bem como para infraestrutura elétrica e de esgoto.

Tais interferências teriam ocorrido em meados do século XIX, uma vez que segundo o relatório do Brasil - Ministério do Império (1851), em 1850 a Rua dos Ciganos estava prestes a receber ramificações de canos de chumbo para o abastecimento de água. Também foram identificados outros seis cortes em forma de meia-lua distribuídos ao longo do pavimento em sua extremidade Norte. Em dois casos permitiram perceber que a remoção dos blocos estava associada às conexões de canos de água que ligavam a rede principal [05] até as residências.

Esse tipo de remoção ocorreu devido as extremidades Norte e Sul do Pé de Moleque [01] terem sido construídas com cota mais elevada para drenar a água das chuvas para sua canaleta central, tendo sido necessário no momento de instalação das primeiras redes hidráulicas a remoção das áreas mais elevadas do pavimento para acomodar os canos Norte-Sul que ligam o ramal principal [05] ao casario desta rua. Contudo, a maior parte das interferências por cortes em sentido Norte-Sul estaria relacionada a atividades de conexão de ramais na antiga tubulação de gás [04]. Essa interpretação deve-se a identificação de canos metálicos no sentido Norte-Sul abaixo da rede principal de água chegando até válvulas presentes na rede principal de gás. A primeira rede de gás foi encanada em dutos metálicos que hoje encontram-se desativados, mas que funcionam como proteção para tubos modernos instalados em seu interior.

Quanto às interferências que atingiram o pavimento [01] no primeiro trecho, foi visto que o duto de gás [04] continuou alocado na mesma vala aberta inicialmente para acomodar a tubulação de esgoto [33], que não foi verificada nesse trecho devido à profundidade das escavações nessa área que não ultrapassou 100cm. Contudo, a manilha de água [05] foi acomodada sobre a canaleta central do pavimento [01] por pelo menos 30m, sendo em seguida desviada em direção à seção Norte da área de escavação.

O grande corte [51] que no segundo trecho impactou quase por completo a porção Sul do calçamento [01] mostrou-se menos destrutivo no primeiro trecho. Nesta área pôde ser identificada uma porção estreita remanescente do calçamento [01], confinada entre o corte [51] e o corte [106] de finalidade desconhecida. Não foi visualizado o término do pavimento [01] na extremidade Norte devido aos limites das intervenções relacionadas com a implantação do VLT.

Apoiado nos princípios da Arqueologia Estratégica, que sugere a investigação de sítios a partir de áreas previamente alteradas (GASPAR *et al.*, 2013), foi aberta uma trincheira em uma área impactada anteriormente para investigar o processo construtivo do primeiro pavimento. Foi possível identificar a camada [73], utilizada como contrapiso e rejunte, abaixo dos blocos de rocha da estrutura [01] e assentada sobre a camada natural [65], composta por areia fina cinza de origem aluvial. A sequência estratigráfica demonstra que o pavimento foi construído sobre o terreno natural e que o mesmo está ligado a essa rua desde sua abertura (Figura 3).



Figura 3: Processo de retificação de seção na trincheira aberta na área anteriormente danificada pela instalação de um cano de gás.
Fonte: Fotografia de Diogo de Souza Borges.

O SEGUNDO PAVIMENTO, MEADOS DO SÉC. XIX

Além do Pé de Moleque [01] relacionado a primeira pavimentação da Rua da Constituição, foi evidenciado também o Pé de Moleque [02], no segundo trecho, próximo à esquina com a Rua Regente Feijó, cuja datação remonta a meados do século XIX.

Segundo o Correio Oficial, em 1838 a Corte começou a considerar necessário construir novos calçamentos no Rio de Janeiro de modo experimental, com diferentes técnicas e tipologias de materiais. Nesta época, a Rua da Constituição era uma entre as quais pretendia-se pavimentar: “não só por ser ella espaçosa, e de pequena extensão, como por achar-se o seu calçamento assás arruinado” (CORREIO OFFICIAL, 1838b, p. 1). Segundo esse periódico o novo calçamento deveria ser construído com: “lages, em que as seges possam facilmente rodar” (CORREIO OFFICIAL, 1838a, p. 1).

Contudo, frente a contratemplos ocorridos, as obras de construção do novo calçamento na Rua da Constituição e nas travessas adjacentes foram efetivamente iniciadas apenas entre 1842 e 1843. Conforme o Diário do Rio de Janeiro (1843) o nivelamento da rua se deu após parecer positivo do “Sr. vereador Getúlio”, e ainda informa, naquele dezesseis de fevereiro, que lajes de pedra da cantaria deveriam ser colocadas na calçada pelos proprietários dos imóveis.

O Auxiliador da Indústria Nacional (1852) informa que esse calçamento deveria ter sido construído pelo sistema de Mac-Adam²² e tece críticas ao calçamento por ter sido utilizada uma técnica diferente que, a princípio, não agradou a população:

Empregaram-se pedras de todos os tamanhos, e para facilitar o trabalho fizeram-se camadas de pedras e outras de lama, e ainda por fim cobriram tudo com barro. O que dahi resultou é sabido. Em vez de uma rua igual e de fácil transito, temos no tempo chuvoso um lamaçal in- 213

transitavel, e no tempo de calor tanta poeira, que quasi suffoca a todos os que por ali passam. Deus nos livre de semelhantes melhoramentos! (O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, 1852, p. 114).

Durante as análises verificou-se que a porção remanescente do segundo Pé de Moleque [02], no segundo trecho, foi construída diretamente sobre o pavimento mais antigo, e ocupava uma área de 8m de extensão, no sentido Leste-Oeste, e 3m de largura em média. Esse outro Pé de Moleque também foi construído com blocos angulosos de gnaiss, contudo com dimensões mais padronizadas e sem evidências de polimento na superfície aparente.

As faces expostas dos blocos apresentaram dimensões variando entre 40x20cm para os blocos maiores e 10x5cm para os menores. Na extremidade Norte da via o Pé de Moleque [02] apresentou espessura média de 15cm e na extremidade Sul de 30cm. Essa diferença explica-se devido a declividade do primeiro pavimento, cuja canaleta central era a porção mais baixa da rua, possibilitando o escoamento das águas da chuva até ela. Para contornar a diferença de nível, blocos de rocha e aterro foram utilizados na área central, para nivelar o Pé de Moleque [02] em relação ao anterior. Com a construção do segundo pavimento a declividade foi modificada e a rua ficou plana (Figura 4).



Figura 4: a) Porção com sobreposição entre os pavimentos tipo Pé de Moleque [01] e [02];
b) Detalhamento da área de sobreposição, podendo-se ver o uso de aterro e blocos de rocha para nivelar esse calçamento na área sobre a canaleta central do anterior.

Fonte: Fotografias de Anderson Marques Garcia.

Considerando os dados levantados entre as diferentes estruturas, camadas estratigráficas e instalações de redes de infraestrutura, foi possível perceber o panorama das modificações desse espaço ao longo do tempo, desde a preparação do terreno para a construção do primeiro pavimento até os dias atuais. Desse modo foi desenvolvido um esquema estratigráfico da Rua da Constituição combinando dados dos dois trechos, mostrando os dois tipos de pavimentos Pé de Moleque encontrados, o ramal ferroviário do bonde e a sucessão de camadas, desde o sedimento arenoso natural até o asfalto recente que cobria a rua antes das obras para a instalação do VLT (Figura 5).

A partir desses registros materiais foi possível perceber uma larga sequência de modificações desse espaço, que foram recorrentes ao longo de mais de 200 anos. Em sequência tem-se o croqui da área que representa os pavimentos tipo Pé de Moleque, 214

parte das interferências causadas pelas redes de infraestruturas e a área de implantação de uma estrutura de combustão sobre o Pé de Moleque [01] (Figura 6).

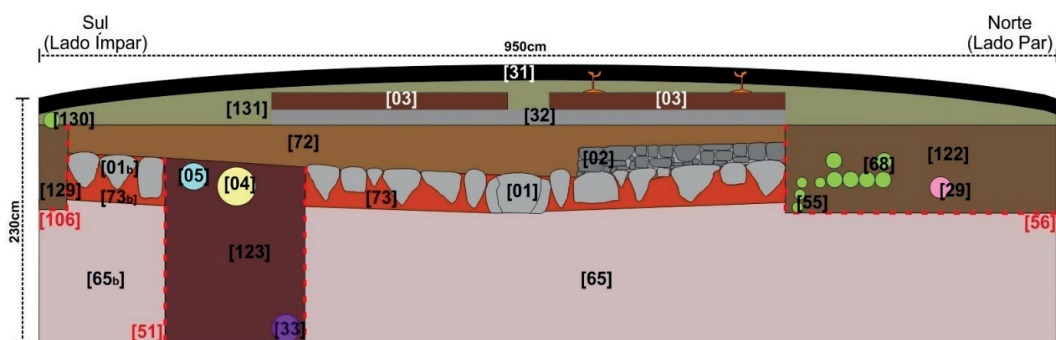


Figura 5: Esquema da seção estratigráfica da Rua da Constituição, destacando as principais Unidades Estratigráficas (UEs). Linhas tracejadas e números vermelhos ilustram os limites dos cortes.

Fonte: Desenho de Anderson Marques Garcia.

A TRALHA URBANA

Nas escavações foram recuperados 388 materiais arqueológicos ao longo dos dois quarteirões, entre eles fragmentos de faiança fina inglesa, cerâmica, faiança portuguesa, azulejo, vidro, materiais malacológicos, cravos metálicos e dentes de suínos. Foram ainda encontrados uma lasca de sílex, um seixo de gnaiss, uma chave, uma colher e uma moeda de chumbo de período desconhecido devido à oxidação. Contudo, como esses materiais estavam dispersos e associados a materiais recentes de diferentes períodos, não foi possível aprofundar a discussão sobre os mesmos.

ESTRUTURA DE COMBUSTÃO

Além dos artefatos citados foi encontrada uma estrutura de combustão assentada sobre as rochas do pavimento, a qual recebeu a identificação de UE [44] desse estudo. A estrutura [44] estava sobre a canaleta central do pavimento [01], no segundo trecho, em frente o imóvel 34 da atual Rua da Constituição. Nas demais porções desse Pé de Moleque não foram encontradas evidências semelhantes, tornando-a um contexto único.

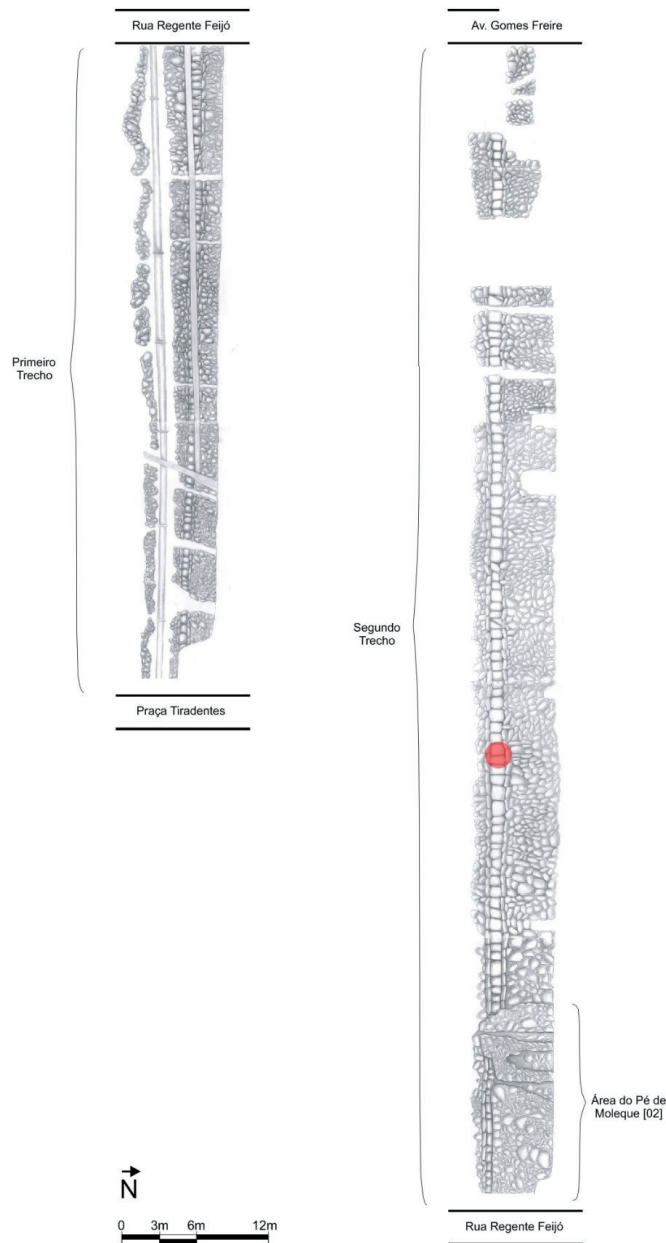


Figura 6: Remanescentes dos calçamentos tipo Pé de Moleque [01] e [02] na Rua da Constituição. O círculo vermelho demarca a área da estrutura de combustão.
 Fonte: Desenho de Henrique Vences Barros.

Essa estrutura de combustão foi caracterizada por uma fina camada de sedimento escuro de pouco mais de 5cm de espessura e cerca de 1m de diâmetro (Figura 7a). Seu estudo foi fortemente dificultado por inundações constantes decorrentes das chuvas e de vazamentos das redes de água e esgoto durante o período da pesquisa em campo. Mesmo assim, após a coleta de sedimento foi possível verificar marcas de queima e carvão nas rochas sobre as quais a estrutura estava assentada (Figura 7b).

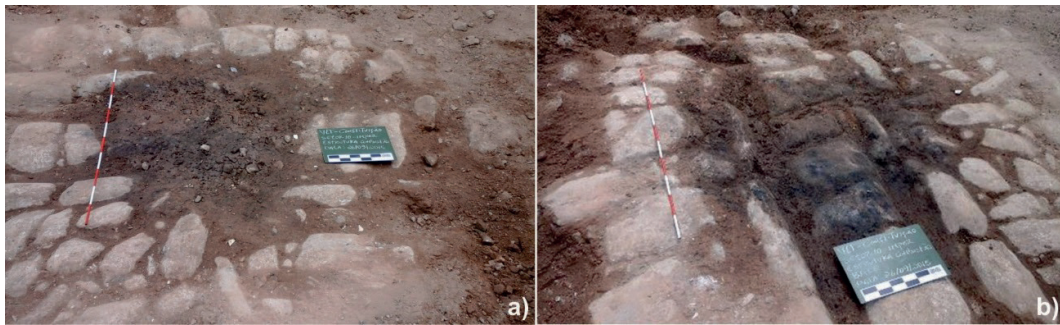


Figura 7: a) Porção superior da estrutura [44] em seu momento de identificação;
b) Estrutura [44] após a escavação, onde pode-se ver rochas com marcas de queima.

Fonte: Fotografias de Gina Faraco Bianchini.

No topo foi evidenciada uma quantidade significativa de materiais, cerca de 51 objetos em aproximadamente 1m² de área. Uma densidade que chamou atenção por dois aspectos: primeiro, esse pacote de sedimentos é pouco espesso e delimitado pela base de blocos de rocha da canaleta, onde os objetos estavam concentrados; segundo, a quantidade de objetos recuperados na fogueira (51 objetos) em relação a obtida ao longo dos dois pavimentos (388 objetos), ou seja, distribuídos ao longo de 540m². A alta densidade de materiais indica, também, que a estrutura de combustão representava um espaço ímpar no sítio (Figura 8).

Entre os materiais arqueológicos móveis havia fragmentos de faiança fina, epífises de bovídeos, um botão de osso, um dedal de chumbo e um anel feito de piaçava (*Attalea funifera*). A presença de epífises de bovídeos contendo marcas de corte chamou atenção, pois indica o processamento de alimentos e possível cozimento *in situ*. Ossos como esses foram frequentes em sopas e ensopados, uma vez que o tutano presente em seu interior se dissolve durante o cozimento e torna maior o poder nutritivo dos caldos (SYMANSKI; SOUZA, 2007; SOUZA, 2011; NOBRE, 2011).



Figura 8: Materiais encontrados na porção superficial da estrutura [44]. a) Anel de piaçava; b) Epífise com marca de corte; c) Conjunto das sete epífises; d) Dedal de chumbo; e) Fragmentos remontados de prato com *transfer printing* padrão *Willow*; f) Fragmentos remontados de prato padrão *Schell edge*; g) Parte de malga remontada a partir de fragmentos sem decoração.

Fonte: Fotografias de Anderson Marques Garcia.

Remanescentes de pratos e malgas de faiança fina também depositados na porção superior da estrutura, sugerem o descarte destes utilitários no próprio local, em decorrência de quebra, ou mesmo uma deposição simbólica. Muitos desses fragmentos – como os exemplares F e G da figura 8 – apresentaram alterações físicas que reforçam a hipótese de que foram depositados na fogueira acesa ou enquanto ainda emitia calor.

Entre os materiais resgatados, destaca-se o anel de piaçava, objeto de uso pessoal identificado na porção superior da estrutura de combustão, porém sem indícios de queima. Amuletos como esse foram entendidos por Andrade Lima *et al.* (2014) como componentes de uma segunda pele, uma pele social, capaz de fornecer proteção para as pessoas que viviam os horrores da escravidão. Sugerem, ainda, que seriam ícones capazes de passar mensagens sobre suas identidades étnicas e culturais, atuando como forma de resistência.

Em razão da fragilidade da estrutura de combustão, todo o sedimento que a compunha foi coletado, perfazendo 12 Litros, os quais possibilitaram a análise de 155 fragmentos de carvão pertencentes a 44 espécies distintas. Entre elas madeiras de alto valor para a construção, como ipê (*Tabebuia*), jacarandá (*Jacaranda*), peroba (*Aspidosperma*) e jatobá (*Cariniana*)³³. Várias destas espécies são típicas das formações de Floresta Ombrófila Densa, sugerindo que estes ambientes estavam sendo utilizados com certa frequência para a captação de lenha. Neste período, provavelmente os morros locais de Santa Tereza e Estácio de Sá ainda mantinham algumas áreas de refúgio para estas espécies. A importância desta *taxa* é frequentemente atribuída ao valor para a produção de móveis e/ou para a construção, sendo muitas consideradas como madeiras de lei em razão de suas propriedades de resistência e durabilidade.

Além das madeiras foram também identificados vestígios de alimentos de origem vegetal como por exemplo, frutos de tucum, genericamente chamados de coquinho (*Bactris* sp - *Arecaceae*), goiaba (*Psidium* sp - *Myrtaceae*), casca de amendoim (*Aracchis* sp - *Leguminosae*) e vários fragmentos de mandioca (*Manihot* sp - *Euphorbiaceae*), alguns com queima incompleta (Figura 9).

Por mais que frente aos olhos de moradores de uma grande cidade possa parecer intrigante e incomum uma fogueira no meio de uma rua, aparentemente até as primeiras décadas do século XIX, situações como esta eram rotineiras no Rio de Janeiro. Jean-Baptiste Debret, ilustra em uma de suas aquarelas uma cena do cotidiano da cidade com uma situação que parece explicar a formação da estrutura arqueológica. Na aquarela se vê no lado direito uma quitandeira cozinhando em um caldeirão sobre uma fogueira no meio de uma rua do centro do Rio de Janeiro (Figura 10).

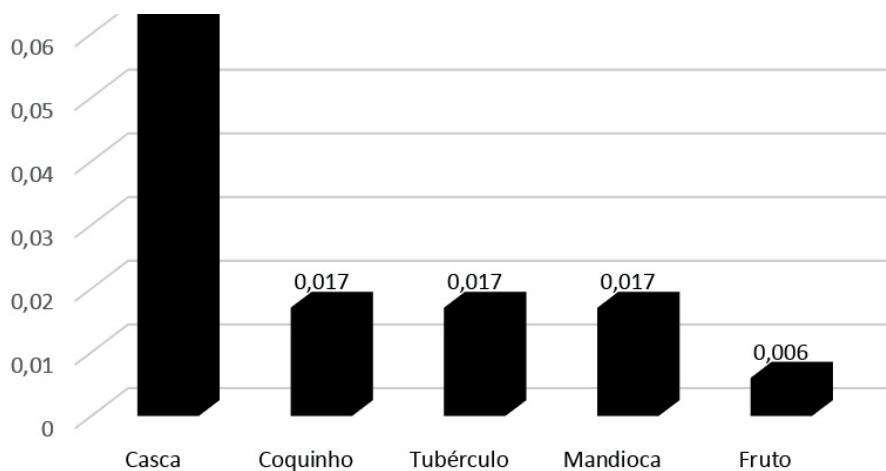


Figura 9: Porcentagem dos elementos carpológicos na amostra resgatada da estrutura de combustão. Fonte: Gráfico de Gina Faraco Bianchini.



Figura 10: Casario, Rio de Janeiro - Jean-Baptiste Debret, 1816-1818.
Aquarela sobre papel, 12,4 x 20,1 cm.

Porém, o contexto ímpar dessa fogueira inspira reflexões tanto acerca do processo de formação, como também sobre a conservação da estrutura. Inicialmente, Gaspar *et al.* (2017) sugeriram que a estrutura teria se preservado devido a uma possível baixa circulação de pessoas na rua. No entanto, ainda que a circulação de pessoas fosse baixa, dificilmente a estrutura de combustão se preservaria com tanta integridade. Assentada sobre a canaleta central, que era destinada ao escoamento das águas pluviais, a estrutura estava sujeita ao fluxo recorrente das águas. Ao longo do tempo, sedimentos e materiais teriam sido lixiviados, provavelmente, apagando o registro arqueológico.

Diante disso, sugere-se que a preservação da estrutura tenha se dado, muito provavelmente, pelo fato de ter sido coberta imediatamente após seu abandono ou em um período bastante estreito. Esse momento que selou a estrutura possivelmente se deu durante as obras de nivelamento e instalação do calçamento [02], ocorridas entre 1842 e 1843. Um cenário onde pessoas estariam diariamente cozinhando ao ar livre, talvez, cozinhando o próprio alimento que sustentava os calceteiros envolvidos com as obras de assentamento do pavimento [02] sobre o [01].

Nesse sentido, Symanski *et al.* (2015) trazem informações que parecem válidas também para o contexto apresentado. Ao estudar estruturas de combustão no Colégio dos Jesuítas, em Campos do Goytacazes, os autores discutem sobre comensalidade grupal ao redor do fogo entre africanos escravizados daquele contexto e sociedades tradicionais do centro da África, identificando similaridades quanto aos hábitos de depositar refugos nas porções internas e externas das áreas de cocção. Contextos como esses constituiriam núcleos de socialização de grupos de origem africana.

O MODO DE FAZER DOS CALCETEIROS: ANÁLISE DO PÉ DE MOLEQUE [01]

Com autorização prévia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), parte dos pavimentos tipo Pé de Moleque teve que ser removida para a construção das lajes de concreto que atualmente sustentam os trilhos do VLT e envelopam o sistema elétrico que alimenta os veículos. Desse modo – por sugestão de umas das autoras e orientação técnica do IPHAN – foi determinado que 15m² do Pé de Moleque mais antigo fossem remontados entre os trilhos no quarteirão entre a Rua Regente Feijó e a Praça Tiradentes, obedecendo a ordenação relativa dos blocos de rocha entre si. A retirada, corte e remontagem do pavimento foi executada pela empresa de restauro Jequitibá (SERGIPE; SANTOS, 2016).

Durante este processo, 343 blocos puderam ser analisados individualmente antes de serem remontados para recompor os 15m². Assim, de forma análoga a estudos tecnológicos de Gesto Técnico e Cadeia Operatória, os blocos foram tratados como artefatos líticos, componentes de um projeto predeterminado, possibilitando uma visão sequenciada desde as ações exploratórias nas pedreiras até os modos de fazer dos calceteiros (LEROI-GOURHAN, 1987; BOËDA 2013; INIZAN *et al.*, 2017).

As análises revelaram que todos os blocos utilizados na construção da estrutura [01] eram de gnaiss, tipo de rocha metamórfica que abunda no município do Rio de Janeiro e que poderia ser obtida nas pedreiras exploradas na área central da cidade durante o período colonial (ALMEIDA; PORTO Jr., 2012).

Os blocos de rocha utilizados no calçamento foram classificados em duas categorias. A primeira, denominada “piramidal”, com 256 unidades (75%), foi estabelecida para todas as unidades com porções distais (bases) em formatos piramidais, punIFORMES ou em cunha, ou seja, todas as morfologias que favorecem as ações de fixar as rochas no chão através de golpes em suas porções proximais (superfícies). Completando a amostra, 87 unidades (25%) foram classificadas na categoria “quadrangular”, terminologia adotada para todas unidades com superfície plana em suas porções distais, pouco adequadas para fixações por meio de golpes.

Com intuito de qualificar a análise do Pé de Moleque, dividiu-se as áreas do pavimento em cinco porções: laje central da canaleta, parede Norte da canaleta, parede Sul da canaleta, lado Norte do pavimento e lado Sul do pavimento. A partir da leitura proporcional quantitativa dessas áreas do pavimento pôde-se constatar a existência de especificidades volumétricas e técnicas. Mesmo dentro das diferentes áreas do pavimento as médias de comprimento, largura, espessura e circunferência das superfícies dos blocos apresentaram proporções que obedeceram uma lógica de escolha específica (Figura 11).

A escolha é evidente, sobretudo em relação às lajes da canaleta central, cujos blocos de rocha apresentaram as maiores dimensões em comprimento e largura. Além disso, as unidades utilizadas na construção apresentavam grande simetria e mesma orientação.

Na laje central da canaleta, em oposição as demais porções, foi onde houve equivalência quantitativa quanto ao uso de unidades classificadas como piramidais e quadrangulares. Todavia, ainda assim, é possível afirmar que os blocos quadrangulares foram preferenciais para a construção da laje central, uma vez que sete das unidades piramidais estão representadas por blocos de pequenas dimensões, utilizados como pre-

enchimento, encaixados nos espaços entre os de maior volume ou então, completando a largura dos maiores até o contato com as paredes da canaleta. Nas outras quatro porções da estrutura, os blocos quadrangulares representam entre 15% e 27% do total, o que indica uma escolha por unidades com porção distal aguda, seja piramidal, pontiforme ou em cunha.

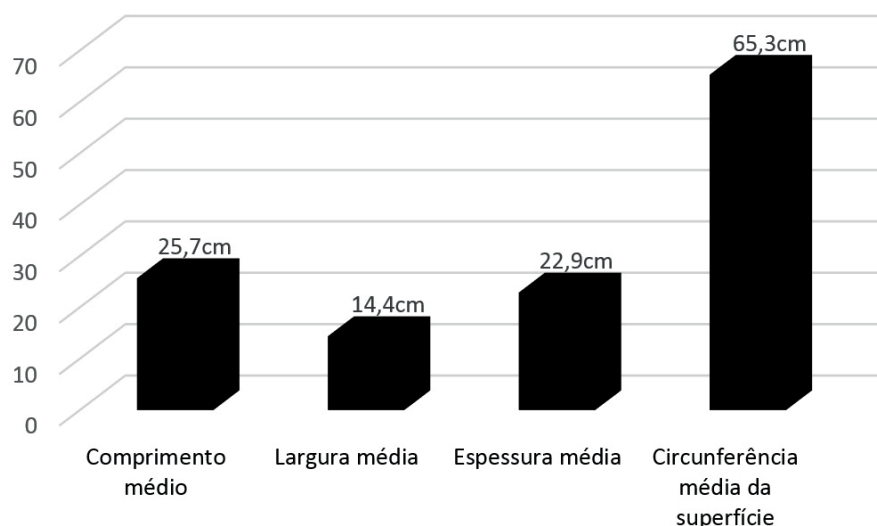


Figura 11: Dimensões médias das unidades do Pé de Moleque da área dos 15m².
Fonte: Gráfico de Anderson Marques Garcia.

Ao analisar as arestas dos blocos (Figura 12) verificou-se que alguns foram intencionalmente talhados – através de retiradas bifaciais diretas com percutor duro, provavelmente um cinzel metálico – para que as porções distais adquirissem formas agudas. Na obra “Paveurs. Marchande d’atacaça” de Debret, na porção central, observa-se calceteiros utilizando uma espécie de compactador para assentar blocos de um calçamento através de golpes em suas porções proximais. Na esquerda nota-se um outro agachado apoiando um bloco no chão com a mão direita e empunhando um cinzel com a mão esquerda, sugerindo que estaria preparando um bloco de rocha para o uso no calçamento, enquanto ao fundo, um grupo carrega blocos maiores, provavelmente, para serem reduzidos ali (Figura 13).

Fletcher e Kidder (1879) descreveram a técnica de assentamento de pedras ilustrada por Debret quando estiveram no Centro do Rio de Janeiro, denominando-a como método “three-man beetle”. Os autores descrevem que durante o assentamento dos blocos um calceteiro ditava o ritmo através de canções, e juntamente com ele, outros dois golpeavam o calçamento com um pesado instrumento de metal.

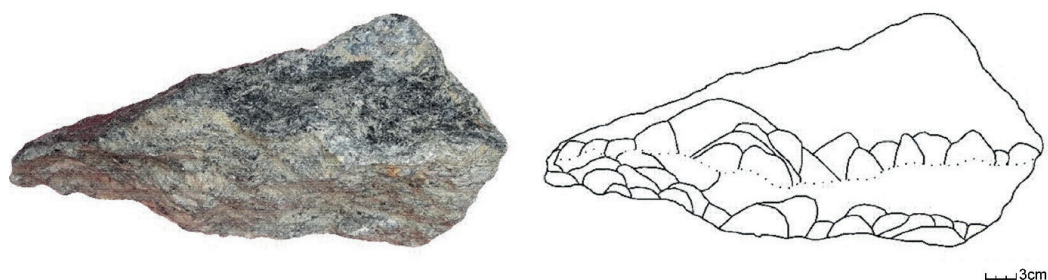


Figura 12: Visão lateral de um bloco com negativos de talha bifacial em sua porção lateral, podendo-se observar na direita um desenho esquemático que ilustra parte dos negativos de retiradas associadas ao preparo de sua porção distal pontiforme e suas arestas.

Fonte: Fotografia e desenho de Anderson Marques Garcia.



Figura 13: Paveurs. Marchande d'atacaça. Jean-Baptiste Debret, 1835. Litografia em cores, 50,2 x 33,5cm.

Segundo Reis (2012) os profissionais desse ramo estavam ligados à Bandeira de São José, corporação de ofícios mecânicos que tinha como cabeça os pedreiros e carpinteiros, e como anexos os calceteiros, taapeiros, marceneiros, torneiros e entalhadores, havendo trabalhadores escravizados e libertos. Inicialmente as corporações de ofícios foram vinculadas à Companhia de Jesus, mas a partir do século XVIII começaram a ser articuladas pelo Estado e pelas câmaras municipais, reunindo profissões afins em grupos por meio de irmandades que controlavam o processo de aprendizagem (BONNET, 2009; DA SILVA, 2010; SANTOS, 2010; MARTINS, 2012).

Outra especificidade vista durante a análise das porções laterais dos blocos do Pé de Moleque, foram sulcos associados ao momento de extração das rochas ainda na pedreira, identificada em duas unidades da amostra (Figura 14). Esses estigmas permitem presumir aspectos da tecnologia e da cadeia operatória envolvidas na aquisição de matéria-prima para construir o calçamento. São registros da utilização de instrumentos metálicos como fletetes ou soquetes, tipos de instrumentos utilizados para produzir perfurações nas rochas onde, posteriormente, era inserida a pólvora para as explosões das pedreiras. Técnica compatível a esse período conforme apresentado em O Auxiliador da Indústria Nacional (1853):

O trabalho por meio do fogo está em uso desde a infância da arte das minas: foi até o 17.º século, época da introdução da pólvora na exploração das minas, o único meio de atacar as rochas tenazes e as rochas recalcitrantes; hoje só é empregado contra as rochas extremamente duras, e que resistem às ferramentas e à pólvora (O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, 1853, p. 384).



Figura 14: Bloco de rocha com marca de perfuração associável a extração com uso de explosivos.
Fonte: Fotografia de Anderson Marques Garcia.

Para essa situação também as iconografias de Debret permitem analogias com evidências percebidas na amostra (Figura 15). Nesse caso a litografia “Pedreira de granito” permite observar pessoas perfurando a rocha com florete de ferro de mina ou soquete na porção superior da cena. Na porção inferior observa-se outros dois carregando uma carroça com blocos de rocha.

Mansur *et al.* (2008) identificaram a área de extração ilustrada como a pedreira de gnaiss facoidal do Morro da Gloria. Essa foi uma das duas variedades de gnaiss encontrados durante as análises. A segunda é composta por ortognaisses dioríticos, que tinham as pedreiras do Morro da Providência como uma de suas fontes locais (ALMEIDA; PORTO JR., 2012).

Retomando a morfologia dos blocos, os dados obtidos também forneceram uma constante relacionada à proporção volumétrica dos materiais utilizados. Independentemente do tamanho dos blocos e de sua porção de inserção, a variável comprimento apresentou medidas praticamente iguais a espessura, em geral apenas alguns centímetros maiores.

Entre as dimensões aferidas nas cinco porções do calçamento, foi também observado que a largura dos blocos apresentou medidas próximas a metade do comprimento, e que a circunferência da superfície tinha medidas três vezes maiores que o comprimento. Esses índices, mais do que constantes matemáticas, apontam para a escolha e o preparo de blocos para o calçamento dentro de uma lógica construtiva condizente com um modo de fazer pré-estabelecido, próprio do ofício de calceteiros da transição entre os séculos XVIII e XIX.



Figura 15: Pedreira de granito - Jean-Baptiste Debret, 1834-1839.
Litografia em cores, 16,3 x 21,9 cm.

Completando essa interpretação sobre os saberes empregados pelos calceteiros, o momento em que Sergipe e Santos (2016) reposicionaram as pedras sobre as formas de gesso preparadas para remontagem permitiu constatar que muitas vezes as unidades só encaixavam sobre seus respectivos locais obedecendo uma ordem cronológica. Foi necessário colocar nas formas primeiro as unidades dos lados Norte e Sul mais próximas das paredes da canaleta, seguindo uma lógica de encaixe consecutivo afastando-se cada vez mais da canaleta. As unidades da laje central e das paredes da canaleta não apresentaram sinais evidentes de ordem de inserção cronológica, apenas dentro da mesma categoria, onde houve casos em que alguns blocos só podiam ser posicionados sobre as formas antes dos posicionados em suas laterais Leste e Oeste (Figura 16).

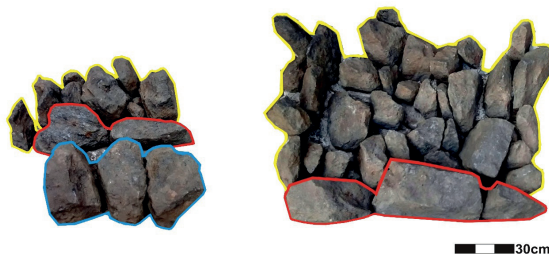


Figura 16: Visão de porções distais dos blocos sobre formas de gesso, onde observam-se as unidades da laje central delimitadas em azul, da parede Norte da caneta em vermelho e do lado Norte do pavimento em amarelo.

Fonte: Fotografia de Anderson Marques Garcia.

A sequência de implementação cronológica averiguada demonstra que havia uma lógica na construção do Pé de Moleque, onde a canaleta era o eixo central do arruamento e, possivelmente, também a primeira porção assentada. Essas evidências do procedimento sugerido são corroboradas pela constatação de que a canaleta era a porção mais baixa do pavimento e grande parte dos blocos de rocha utilizados tinha superfície distal plana, sugerindo um assentamento prévio dessas unidades em relação as demais porções, pois o assentamento da morfologia quadrangular não era eficiente pelo método “three-man beetle”.

É possível que essas unidades tenham sido encaixadas em uma espécie de trincheira prévia, sendo as demais porções do pavimento assentadas por percussão – de maneira semelhante a citada por Fletcher e Kkidder (1879) – e irradiando desde a canaleta até os lados Norte e Sul do pavimento, postas respectivamente em cotas cada vez mais elevadas para permitir o funcionamento da canaleta central como estrutura de escoamento de águas pluviais.

PENSANDO NAS PESSOAS E NAS COISAS

Como apresentado ao longo dessa discussão, as UEs podem ser vistas como evidências de ações, sendo antrópicas são ações de alguém, e sendo de alguém podem então ser pensadas de modo associado às teorias da agência. O que se propõem com o cruzamento desses conceitos é construir uma base que possibilite tecer uma discussão similar ao apresentado por Andrade Lima *et al.* (2016), quando discutem a criação do Cais da Imperatriz sobre o Cais do Valongo e, posteriormente, que os aterramentos da região portuária no início do século XX sobre aquele cais teriam sido deliberados pelo Estado para apagar marcos na paisagem que representavam sistemas econômicos anteriores.

No caso da Rua da Constituição destaca-se ações do Estado e das pessoas ao longo dos dois primeiros projetos de pavimentação da rua. O primeiro Pé de Moleque foi construído no período colonial do Brasil, em um momento que a malha urbana da cidade do Rio de Janeiro acabara de se estender até as proximidades do Campo de Santana, pois as edificações dentro dos limites da muralha da Cidade Velha já não mais comportavam a população carioca e essa fortificação não fazia mais sentido, pois as tensões quanto à perigos de invasões francesas já haviam abrandado.

A abertura dessa rua se deu dentro desse primeiro projeto de expansão para além da muralha, tendo sido planejada e executada possivelmente durante o governo do vice-rei Luís de Vasconcellos e Sousa. Uma ação deliberada do Estado para domesticar a natureza e as pessoas através da execução de uma nova via. Essa obra pode ser pensada em comunhão à Arqueologia dos caminhos, perspectiva geralmente aplicada em contextos rurais, mas que também pode contribuir para o estudo da expansão urbana (SILVA, 2006; SCARATO, 2009; ALMEIDA, 2015).

Scarato (2009) explica que em 1733 foi publicada uma ordem régia que proibia a abertura de caminhos sem autorização, ficando explícito as tentativas de controle do Estado em seus espaços de atuação, muitas vezes pouco eficiente em interiores distantes de seus olhos, porém certo nas áreas urbanas, sobretudo na capital. Segundo Almeida (2015) o discurso oficial desse período para a o trecho entre as Minas Gerais e o Rio de Janeiro era o de quanto menos estradas para controlar melhor.

Já na cidade do Rio de Janeiro viu-se a necessidade de expandir a malha para se adequar a população que começava a crescer, mas controlando-a, indicando onde as pessoas deviam se estabelecer e como podiam circular (SILVA, 2006; ALMEIDA, 2015). Nesse sentido, o surgimento dessa rua solidamente pavimentada desde sua abertura sinalizava que aquele espaço devia ser urbanizado, ocupado com residências e estabelecimentos comerciais, e ao mesmo tempo ditava o ritmo e impunha os limites para os meios de transportes através de sua superfície desigual e em declive.

Silva (2006) fala que a abertura de caminhos propulsiona o processo ocupacional gerando tensões e inserindo nas paisagens diferentes estruturas de poder, o que dialoga com a fala de Scarato (2009) quando frisa que os caminhos são espaços de sociabilidade, privacidade e palcos de encontros e conspirações, por onde transitam pessoas, ideias e objetos.

Da obsolescência imposta pelos limites do primeiro calçamento surgiu o segundo algumas décadas após a chegada da família real e da corte portuguesa, em um momento que a cidade sofria um novo estímulo de crescimento e modernização. Nesse contexto foram desenvolvidos aterramentos de diversas áreas e intensificadas as medidas de saneamento da cidade para adaptá-la a uma maior quantidade de pessoas.

A efervescência das primeiras décadas do século XIX parece estar conectada com o projeto empreendido naquela rua, o qual a modernizou através da planificação do calçamento que permitiu a partir de então uma circulação mais eficiente de seges e uma nova alternativa de conexão entre a Cidade Velha e a Quinta da Boa Vista. Isso corrobora o exposto por Almeida (2015) quando fala que os diferentes tipos de caminhos dão pistas de como devem ser utilizados, podendo prever não só as paisagens como os perfis dos transeuntes.

Conforme os periódicos históricos, as obras para o segundo pavimento começaram a ser planejadas a partir da década de 1830 e foram postas em práticas apenas na década de 1840, contudo é provável que tenha havido pressão em período anterior por parte do comércio local, uma vez que justamente nessa rua ainda na década de 1820: “abriu uma couxera nova, com seges novas, e cavalos, todos bem asiados” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1822b, p. 68). Essa nota é importante pois o primeiro pavimento era desigual, sendo uma base pouco eficiente para o deslocamento de transportes de tração.

Os jornais, além de publicarem sobre as obras de instalação do pavimento do século XIX, também informam sobre a instalação de ramais de água. Percebe-se assim que tanto a nova pavimentação construída na década de 1840, como as infraestruturas do centro da rua seriam contemporâneas, partes de um mesmo projeto de modernização posto em prática durante o império do Brasil, o qual apagou e colocou em esquecimento o primeiro pavimento do passado colonial.

Contudo, como as cidades compõem organismos vivos e são repletas de dinâmicas constantes, uma situação similar ocorreu posteriormente também com a estrutura de meados do século XIX. Na década de 1890 bondes elétricos começam a circular por essa via e no início do século XX ela já se encontrava pavimentada com asfalto (Rio de Janeiro, 1913). Como visto, a dinâmica de modernização dessa rua deixou marcas na paisagem urbana conforme diferentes períodos políticos brasileiro, desde a colônia aos dias atuais.

Todavia, além das grandes construções produzidas pelo Estado em diversos períodos, também foram identificadas marcas sutis durante a pesquisa, ligadas a segmentos sociais menos favorecidos. Entre elas, estão marcas que representam o saber fazer dos calceteiros, através do domínio das técnicas de debitagem e assentamento de pedras que correspondem ao fim do século XVIII, e a estrutura de combustão, interpretada como produto dos calceteiros de meados do século XIX e ligada ao hábito de preparar e consumir alimentos nas ruas, praticado nesse período principalmente por indivíduos de origem africana.

Dentro do projeto colonial foi possível perceber aspectos lógicos relacionados ao ofício de calceteiro, onde as cronologias relativas ao processo de assentamento dos blocos e de seu preparo prévio por debitagem direta procurando a produção de extremidades puntiformes na porção distal dos blocos, trouxe ao presente detalhes dos saberes de atores que estavam às margens da sociedade, dos quais até então era conhecida apenas aquarelas e breves relatos.

A análise do pavimento do século XVIII, além de produzir uma arqueografia para essa tipologia de calçamentos cariocas, abordou relações de aquisição, extração de matéria-prima e produção de artefatos. Essas atividades estavam relacionadas as corporações de ofícios, entidades organizacionais que centralizavam as técnicas e o processo de aprendizagem. Essas organizações tinham também representatividade no poder político, porém os calceteiros estavam entre os de menor hierarquia na Bandeira de São José (DA SILVA, 2010; REIS, 2012).

Por mais que os calceteiros estivessem executando tarefas dentro de um projeto que não lhes pertencia, pondo em prática conhecimentos e habilidades próprios de sua profissão, puderam também registrar fortemente suas marcas individuais através da resolução de situações enfrentadas durante o processo de construção.

Relativos ao pavimento do século XIX, sinais da segunda geração de calceteiros também puderam ser apreciados. A estrutura de combustão, implementada sobre o primeiro pavimento e possivelmente selada pela construção do segundo, além de trazer informações sobre os tipos de madeiras usadas como lenha naquele fogo, e de alimentos possivelmente preparados ali, pode também ser pensada com um ponto de encontro e sociabilização utilizado durante a execução do projeto de planificação da rua.

Naquele contexto a utilização da canaleta central do primeiro pavimento como base para a estrutura de combustão não teria sido um acaso. Provavelmente aquele local foi escolhido por apresentar uma base mais regular e os blocos de rochas das laterais da canaleta auxiliarem na contenção e apoio das madeiras utilizadas para prover o fogo e preparar os alimentos.

Lugares como esse, interpretado como ponto de encontro de africanos e seus descendentes teriam funcionado como locais de socialização, onde constantemente seriam reafirmados valores étnicos e culturais, tal como propõem Symanski *et al.* (2015) e Symanski e Gomes (2016) para estruturas de combustão em Campos dos Goytacazes, e Andrade Lima (2016) para os arredores de um poço d'água que existia na Rua da Assembleia, Cidade Velha. Espaços que reúnem pessoas assim, podem ser pensados como espécies de catalisadores, onde se compartilha conhecimentos, valores culturais são reforçados, interesses diversos são debatidos e diferentes formas de resistência são articuladas.

CONCLUSÃO

As discussões trazidas até aqui possibilitaram pensar sobre diferentes formas de atuação de um segmento marginalizado da população carioca entre os séculos XVIII e XIX. Na Rua da Constituição ambas expressões puderam ser compreendidas como digitais deixadas por calceteiros nos projetos do Estado.

Uma indagação que fica é o questionamento se a estrutura de combustão foi simplesmente deixada ou propositalmente mantida entre aqueles pavimentos. No contexto estudado viu-se que além de elementos corriqueiros de uma fogueira, essa foi alimentada com pratos e malgas quando ainda emitia calor, e que por cima foram encontrados utensílios pessoais como um anel de piaçava e um dedal, sugerindo que teria havido uma ação deliberada de depositar esses objetos ali.

Por mais que os pratos e malgas pudessem estar previamente fragmentados antes de comporem o contexto estudado, ou seja, faltando alguns pedaços e mesmo assim sendo utilizados, seus graus de integridade são altos para objetos meramente rejeitados, podendo os mesmos terem sido postos ali por motivações outras do que um mero descarte. Juntamente, viu-se que uma estrutura frágil como a identificada só poderia ter se preservado por meio de uma decisão de mantê-la conservada ao longo dos tempos. Nesse sentido, sua preservação teria ocorrido devido sua cobertura por uma espécie de selo, o qual parece ter sido o segundo pavimento implantado sobre o primeiro.

Por fim, o desenvolvimento dessa proposta de análise, integrando conceitos de unidades estratigráficas, gesto técnico e cadeia operatória, mostrou-se favorável para a percepção diferentes de esferas de agência. A abordagem adotada permitiu que aspectos desconhecidos de diferentes gerações de calceteiros pudessem ser notadas, simultaneamente ao processo inicial de urbanização dessa rua posto em prática pelo Estado. Nesse cenário viu-se assinaturas que foram deixadas por esses artífices por meio da decodificação do modo de pavimentar as ruas cariocas no fim do século XVIII, e sobre a comensalidade grupal, possivelmente, relacionada a geração seguinte que planejou essa rua cerca de 60 anos depois.

DIFFERENT AGENCY SPHERES ON THE CONSTITUIÇÃO STREET, RIO DE JANEIRO, FROM THE EIGHTEENTH-CENTURY TO NINETEENTH-CENTURY

Abstract: this article discusses the construction process of the Constituição Street, in Rio de Janeiro, from the eighteenth-century to nineteenth-century, integrating concepts of agency, stratigraphic units, technical gesture and chaîne opératoire, to discuss how different public urban projects were developed, and also the marks left on these projects by pavers between this centuries. To address this issue, were studied two types of rock block pavements, known as Pé de Moleque (irregular cobblestone), a combustion structure implemented over the central channel of the first floor, and the mobile archaeological materials associated with the structure, such as refined earthenware fragments, charcoal and remnants of burnt manioc, bovine bones and a piassava ring.

Keywords: Africans. Pavers. Irregular Cobblestone.

Notas

- 1 Pesquisa desenvolvida pela Artefato Arqueologia e Patrimonio em ambito do Programa de prospecção e monitoramento do patrimônio histórico e arqueológico na área de implantação do Sistema Veículo Leve sobre Trilhos - VLT - Etapa II, Centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ. Portaria IPHAN nº 37, de 03/07/2015. Processo IPHAN 01500.002490/2015.
- 2 Também conhecida como macadame, essa é uma tipologia de calçamento construída com camadas de blocos de rochas de diferentes proporções, começando por uma camada base com uma granulometria maior seguida gradativamente por unidades menores até a superfície (SACO, 1860).
- 3 O sedimento coletado foi flotado em laboratório para a recuperação dos carvões e toda metodologia de análise e determinação das espécies se apoiou em Scheel-Ybert (1998). As análises foram realizadas por Gina Faraco Bianchini no Laboratório de Arqueologia Casa de Pedra, no Museu Nacional/ UFRJ.

Referências

AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação - extensão e embelezamento*. Paris: Foyer Bresilien, 1930.

ALMEIDA, Anaeli Queren Xavier. Caminho e poder: uma análise arqueológica do Caminho Novo em Minas Gerais. Século XVIII. *Vestígios*, v. 9, n. 1, p. 109-142, jul./dez. 2015.

ALMEIDA, Soraya; PORTO Jr., Rubem. Cantarias e pedreiras históricas do Rio de Janeiro: instrumentos potenciais de divulgação das Ciências Geológicas. *Terra e Didática*. v. 8, n. 1, p. 3-23, jan./jun. 2012.

ANDRADE LIMA, Tania. A meeting place for urban Slaves in eighteenth-century Rio de Janeiro. *Journal of African Diaspora Archaeology & Heritage*, v. 5, n. 2, p. 102-146, maio/ago. 2016.

ANDRADE LIMA, Tania; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA; Marcos Andre Torres de; Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*. v. 24, n. 1, p. 299-391, jan./abr. 2016.

ANDRADE LIMA, Tania; SOUZA, Marcos Andre Torres de; SENE, Glaucia Malerba. Weaving the Second Skin: Protection Against Evil Among the Valongo Slaves in Nineteenth-century Rio de Janeiro. *Journal of African Diaspora Archaeology & Heritage*, v. 3, n. 2, p. 103-136, maio/ago. 2014.

ANDREATTA, Verena; CHIAVARI, Maria Pace; REGO, Helena. O Rio de Janeiro e a sua orla: história, projetos e identidade carioca. *Coleção Estudos Cariocas*, v. 201. p. 1-16, jan./jun. 2009.

ASHMORE, Wendy; KNAPP, Arthur. Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational. In: ASHMORE, Wendy; KNAPP, Arthur. *Archaeologies of Landscape: Contemporary Perspectives*. Londres: Blackwell, 1999. p. 1-30.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro - ensaio - 1565-1965*. Rio de Janeiro: IHGB, 1965.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BOËDA, Eric. *Techno-logique & Technologie*. Une Paléo-histoire des objets lithiques tranchants. Paris: Rchéo-éditions, 2013.

BONNET, Marcia. *Entre o Artificio e a Arte: pintores e entalhadores no Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL - MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. *Relatório do anno de 1850 apresentado a assemblea geral legislativa na 3ª sessão da 8ª legislatura*. Visconde de Mont'alegre. Ministro e secretario d'estado dos negocios do imperio. Rio de Janeiro: Typographia Nacacional. 1851.

CARANDINI, Andrea. *Storie dalla terra*. Manuale di scavo archeologico. Turim: Giulio Einaudi, 2000.

CÉSAR SILVA, Augusto. Redefinindo a paisagem do Rio de Janeiro: dilemas constantes sobre o espaço carioca. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, n. 7. p. 57-74, jul./set. 2015.

COROACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

CORREIO OFFICIAL. v. 1, n. 115. 25 de maio. 1838a, p. 1.

CORREIO OFFICIAL. v. 1, n. 131. 16 de junho. 1838b, p. 1.

DA SILVA, Henrique Nelson. *Trabalhadores de São José – Artesãos do Recife no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

DE FARIA, Rodrigo Santos. “Financiar para urbanizar” o Rio de Janeiro: José de Oliveira Reis entre o Departamento de Urbanismo e a Superintendência de Urbanização e Saneamento na implementação do Plano de Realizações – o caso da Avenida Perimetral (1956-1960). *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 1, n. 1, p. 95-108, jan./jun. 2009.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. n. 11, 10 de janeiro, 1824a, p. 23.

- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. n. 11, 13 de outubro, 1823, p. 42.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. n. 14, 20 de novembro, 1822b, p. 68.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. n. 18, 20 de março, 1824b, p. 72.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. n. 18, 22 de setembro, 1824c, p. 71.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. n. 2, 3 de junho, 1822a, p. 28.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. n. 23, 28 de fevereiro, 1826, p. 90.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. n. 258, ano XXII, 17 de novembro. 1843, p. 1.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. n. 3, 4 de dezembro, 1821, p. 10.
- FLETCHER, James Cooley; KIDDER, Daniel Parish. *Brazil and the Brazilians. portrayed in historical and descriptive sketches.* 9. edição. Boston: Little Brown, 1879.
- GASPAR, Maria Dulce; BIANCHINI, Gina; ANDRADE, Marcela; ANDRADE, Cilcair. Patrimônio Arqueológico e a Renovação do Centro da Cidade do Rio de Janeiro. *In: CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GRANATO, Marcus. Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso.* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. p. 3-22.
- GASPAR, Maria Dulce; KLOKLER, Daniela; BIANCHINI, Gina; Arqueologia estratégica: abordagens para o estudo da totalidade e construção de sítios monticulares. *Boletim Emílio Goeldi*, n. 3, v. 8, p. 517-533, set./dez. 2013.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio.* 6. ed. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2013.
- HARRIS, Edward. *Principios de estratigrafia arqueológica.* Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- HODDER, Ian. Agency and individuals in long-term processes. *In: DOBRES, Marcia-Anne; ROBB, John. Agency in Archaeology.* Londres: Routledge. 2000. p. 21-33.
- HODDER, Ian. *Symbols in action.* Ethnoarchaeological studies of material culture. Londres: Cambridge University Press, 1982.
- INIZAN, Marie-Louise; BALLINGER, Michèle; ROCHE, Hélène; TIXIER, Jacques. *Tecnologia da Pedra Lascada.* Edição traduzida, revisada e ampliada com definições e exemplos brasileiros por Maria Jaqueline Rodet e Juliana Resende Machado. Belo Horizonte: Museu de História Natural e Jardim Botânico / UFMG, 2017.

LEROI-GOURHAN, Andre. *O gesto e a palavra: 2 – memória e ritmos*. Tradução: Emanuel Godinho. Lisboa: Edições 70, 1987.

MANSUR, Kátia Leite; CARVALHO, Ismar Souza; DELPHIM, Carlos Fernando Moura; BARROSO, Emilio Velloso Barroso. *O gnaïsse facoidal: a mais Carioca das Rochas*. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, v. 31, n. 2, p. 9-22, jul./dez. 2008.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. A arte das corporações de ofício: as irmandades e o trabalho no Rio de Janeiro colonial. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, v. 30, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2012.

NARA Jr., João Carlos. *Arqueologia da persuasão: Análise simbólica da primeira igreja rococó da América*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NOBRE, Chimene Kuhn. *Ar livre e carne em abundância: um estudo histórico-cultural do gaúcho e sua alimentação no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. *Industria manufactureira e artistica. Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional*. Parte Official. Presidencia do Snr. Dr. Claudionor. Série 10 de 15/03/1853. Rio de Janeiro: Typ de Vianna Junior e Paula, 1853.

O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. *O systema Mac-Adam. Auxiliadora da industria nacional*. Parte Official. Sociedade Presidencia do Sr. Visconde de Abrantes. Série 1 de 01/07/1852. Rio de Janeiro: Typ de Vianna Junior e Paula, 1852.

PEREIRA, Júlio Cesar. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007

RANGEL, José Correia. *Plano da cidade do Rio de Janeiro: com a parte mais essencial do seu porto e todos os lugares fortificados*. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 47 x 63. 1796.

REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: Práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do Século XIX*. Salvador: Ed.UFBA, 2012.

RIO DE JANEIRO, Diretoria Geral de Obras e Viação. *Planta da cidade do Rio de Janeiro: organizada na administração do prefeito general Bento Ribeiro*. Rio de Janeiro, RJ: a Prefeitura, 1 mapa, 55,5 x 100cm em f. 67 x 105,5 cm. Escala 1:20.000. 1913.

SACO, José Antonio. Memoria sobre los caminos de la Isla de Cuba. *Revista de Obras Publicas 1853 - 1957*. Tomo I, ano 8, n. 7. tomo I, p. 77-80, 1860.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Irmandades, oficiais mecânicos e cidadania no Rio de Janeiro do século XVIII. *Varia História*. v. 26, n. 43, p. 131-153, jan./jun. 2010.

SCARATO, Luciane Cristina. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SCHEEL-YBERT, Rita. *Stabilité de l'écosystème sur le littoral Sud-Est du Brésil à l'holocène supérieur (5500-1400 ans BP)*. Les pêcheurs-cueilleurs-chasseurs et le milieu végétal: apports de l'antracologie. Tese (Doutorado em Biologia de Populações e Ecologia) – Université de Montpellier II, Montpellier, 1998.

SERGIPE, Daniela; SANTOS, Leila. *Pé de Moleque - Rua da Constituição*. Relatório documental fotográfico. Jequetibá Restauo. Relatório anexo ao processo IPHAN 01500.002490/2015. 2016.

SILVA, Adriana Fraga. *Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SOUZA, Marcos Andre Torres de. A vida escrava portas adentro: uma incursão as senzalas o Engenho de São Joaquim, Goiás, século XIX. *Maracanan*, v. 7, n. 7, p. 83-109, jan./dez. 2011.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; GOMES, Flávio. Iron Cosmology, Slavery, and Social Control: The Materiality of Rebellion in the Coffee Plantations of the Paraíba Valley, Southeastern Brazil. *Journal of African Diaspora Archaeology & Heritage*, v. 5, n. 2, p. 174-197, maio/ago, 2016.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; SOUZA, Marcos Andre Torres de. O registro arqueológico dos grupos escravos. Questões de visibilidade preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33, p. 215-243, jan./dez. 2007.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; SUGUIMATSU, Isabela; GOMES, Flávio. Práticas de descarte de refugio em uma plantation escravista: o caso da fazenda do Colégio dos Jesuítas de Campos dos Goytacazes. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 1, p. 93-122, jan./jun. 2015.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *História dos ciganos no Brasil*. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

VILHENA, Luís dos Santos. *Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*. 1 planta ms, col., desenho a bico de pena, 32,5 x 27cm em f. 58 x 93. 1775.